

Creonte estadista

A obra *Antígona*, de Sófocles, narra a saga da filha de Édipo, que volta a Tebas após a morte do pai em Colono. Ao retornar à sua terra, Antígona encontra um cenário de guerra causado por seus dois irmãos, Etéocles e Polinices. Após a morte de Édipo, os dois haviam feito um acordo para se revezarem no trono de Tebas, cada um governando por um ano, começando por Etéocles. Porém, transcorrido o primeiro ano, Etéocles se recusou a entregar o trono ao irmão, provocando a guerra. Polinices, por sua vez, reuniu um forte exército em Argos e atacou Tebas. Nessa guerra, os dois irmãos morrem um pelas mãos do outro, e Tebas resiste à invasão, ponto no qual tem início a peça de Sófocles.

Creonte, irmão de Jocasta e tio dos filhos de Édipo, assume a sucessão do trono, que passa a ser seu por direito, e impõe um decreto proibindo que o corpo de Polinices seja sepultado, como castigo por sua traição. No entanto, entre os gregos, acreditava-se que o morto que não fosse sepultado ficaria com a alma vagando sem rumo pela terra. Esse decreto dá origem ao conflito da tragédia. Antígona não aceita a ordem e decide, mesmo contra o edito de Creonte, sepultar seu irmão.

Durante a ação, Antígona é flagrada por um guarda ao atirar um punhado de terra sobre o corpo do irmão. O guarda a entrega a Creonte, que a condena à morte. A atitude autoritária do soberano é questionada ao longo da peça por seu filho Hêmon, pelo sábio Tirésias e, claro, pela própria Antígona.

Creonte não cede. Ao final, a tragédia se abate sobre sua família: Antígona se suicida na prisão; Hêmon, consumido pela dor, também tira a própria vida; e, ao receber a notícia da morte do filho, Eurídice, esposa de Creonte, não suporta a dor e se mata.

Creonte, isolado e amargurado, é confrontado com as consequências de suas ações. Sua inflexibilidade e tirania o levam à ruína, causando a morte de sua família e a desestabilização de seu reino. A tragédia de Creonte não trata de totalitarismo ou do monopólio do poder na cidade, mas sim da lei natural e da consciência.

Para os gregos, a lei natural era um conjunto de princípios morais e éticos universais, inerentes à natureza humana e superiores às leis criadas pelos homens. Essa lei era considerada divina, eterna e imutável, servindo como guia para a conduta humana e para a organização da pólis.

A ideia de que Deus transcende o mundo e de que a natureza é sua criação só surge com a cristianização da Europa, amadurecendo na Alta Idade Média. Para os gregos, a natureza era divina; o divino era a manifestação perfeita e acabada das propriedades naturais. Assim, a natureza não se apresentava como um problema—como foi para os cristãos ou para os filósofos modernos—mas como a solução.

- *Antígona*, de Sófocles, retrata o embate entre a lei natural e a autoridade do Estado por meio da resistência de sua protagonista ao decreto tirânico de Creonte.
- A peça explora a visão grega de que a justiça deve seguir princípios morais superiores às leis humanas, demonstrando as consequências ao desconsiderá-los.
- A tragédia de Sófocles reflete sobre um drama universal: a justiça e moralidade dos governantes. Agora, podemos esperar moralidade de oligarcas e criminosos? Não é necessário um novo projeto de nação para construir o Brasil que sonhamos?



Na peça, Antígona toma partido da lei natural ao defender o direito de seu irmão Polinices de receber sepultura, mesmo contra a ordem expressa do rei Creonte. Ela argumenta que sua lealdade às leis divinas e familiares está acima das leis humanas, pois estas são passageiras, enquanto aquelas são eternas e invioláveis.

A atitude de Antígona demonstra seu ímpeto de não ir contra sua consciência, levando-a a desobedecer uma ordem injusta e a enfrentar as consequências dessa desobediência—já tínhamos aqui um personagem que morreu para não contrariar a própria consciência, antes mesmo do julgamento de Sócrates—, ainda que isso significasse sua própria morte.

Creonte, por sua vez, coloca seus interesses e seus instintos de manutenção do poder acima da lei natural e de qualquer noção de justiça. Ele argumenta que sua ordem é necessária para manter a estabilidade de Tebas e que Antígona, ao desobedecê-lo, ameaça a autoridade do Estado.

Vale lembrar que o teatro na Grécia não era simples entretenimento, nem dependia da bilheteria ou da aprovação do público. As peças teatrais eram submetidas a concursos, premiando os melhores dramaturgos e exibindo suas obras aos cidadãos. A exibição das peças tinha também uma finalidade pedagógica, ou seja, visava educar os cidadãos para sua vida civil na pólis.

Note que a peça não busca incutir obediência cega e servil nos cidadãos; pelo contrário, instiga a audiência a refletir sobre a lei natural e as consequências de não obedecê-la. Para os gregos, a política deveria ser a busca pelo bem comum e pela justiça.

Talvez tenhamos nos tornado cegos para a justiça e o bem comum tratando essas ideias, essenciais à construção política, como utópicas, até mesmo como devaneios.

O Estado brasileiro tem sido um instrumento de enriquecimento da elite oligárquica e de escravização do cidadão comum, que paga a conta pelos investimentos em empresas monopolistas ligadas a políticos.

É justo que uma empresa como a Ambipar receba contratos de prestação de serviço sem processo licitatório? É justo que empresas amigas do rei recebam empréstimos de bancos estatais que deveriam fomentar o nosso desenvolvimento?

Agora, será possível mudar esse quadro sem um projeto nacional? Podemos pensar em fazer justiça e beneficiar nossos concidadãos com o modelo de Estado e governança que nos é imposto?

Sem um projeto nacional, estaremos tentando enterrar Polinices com Creonte no poder.

